

O que o silêncio das crianças nos diz

written by Clara Boavista | 27 de Abril, 2026

OCIDADÃO
Journalism Liter

OPINIÃO
Clara Boavista



Julgamos saber reconhecer uma criança em sofrimento. Na maioria das vezes, estamos errados.

Há um equívoco persistente na forma como olhamos para as crianças: acreditamos que o sofrimento é sempre visível, que uma criança em risco se denuncia de forma clara, quase inequívoca. Na realidade, o sofrimento infantil é muitas vezes silencioso, ambíguo e facilmente confundido com “comportamentos normais”.

Na escola, esse silêncio assume formas conhecidas: a criança que se isola, a que perturba constantemente a aula, a que parece desmotivada ou desligada. Com frequência, estas manifestações são tratadas como problemas disciplinares ou falhas individuais, quando podem ser sinais de algo mais

profundo. Distinguir nem sempre é fácil – e é precisamente por isso que exige uma atenção acrescida.

A questão não é apenas pedagógica: é também ética e social. Ignorar sinais é falhar.

A escola é um dos poucos espaços por onde passam todas as crianças. Isso confere-lhe um papel essencial, que vai além da transmissão de conteúdos: ser um lugar de atenção, de escuta e, quando necessário, de proteção.

Contudo, muitos profissionais de educação sentem-se pouco preparados para reconhecer sinais de risco ou saber como agir. Entre o receio de errar e a falta de formação específica, instala-se frequentemente a inação. E, nesse espaço de hesitação, perde-se tempo que pode ser decisivo para uma criança em sofrimento.

O sofrimento não reconhecido tende a agravar-se, a tornar a intervenção mais difícil e, por vezes, ainda mais invisível.

É aqui que a literacia em direitos da criança se torna fundamental. Não como um conceito abstrato, mas como uma ferramenta prática de leitura da realidade. A Convenção sobre os Direitos da Criança não é apenas um documento jurídico; é um guia que nos lembra que todas as crianças têm direito à proteção, à escuta e a um desenvolvimento seguro. Estes princípios não dizem respeito apenas a sistemas legais ou instituições – dizem respeito ao quotidiano das escolas, das famílias e da comunidade.

Reconhecer uma criança em risco não exige certezas. Requer disponibilidade para observar, questionar e atender a sinais que se repetem. Implica conhecer os caminhos de apoio e compreender que pedir orientação não é um erro – é um dever.

Dar visibilidade a estes temas é, por isso, um compromisso coletivo. Organizações como o Instituto de Apoio à Criança têm desempenhado um papel essencial neste trabalho, seja através

da intervenção direta, seja na sensibilização da sociedade para a importância de reconhecer e agir perante situações de risco.

Mas esse compromisso não pode ficar confinado às instituições. Exige uma cultura mais ampla de atenção à infância – onde professores, técnicos, famílias e comunidade saibam identificar sinais, fazer perguntas e, sobretudo, não ignorar e reconhecer que educar não é apenas ensinar, mas também proteger.

Porque, muitas vezes, uma criança não precisa de dizer “ajudem-me” para estar, de facto, a pedir ajuda.

O verdadeiro desafio está precisamente aí: ouvir o que não é dito, reconhecer o que não é explícito e agir antes que o silêncio se transforme em dano irreversível.